



1397 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

BASES TEÓRICO-CONCEITUAIS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE ACCOUNTABILITY NO BRASIL

Marilda Pasqual Schneider - UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina

Michele Luciane Blind de Moraes - UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina

Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes e CNPq

Tendo em conta o uso recente de ferramentas de *accountability* na política educacional, o presente estudo tem por objetivo efetuar mapeamento de bases teórico-conceituais em estudos que tomam o tema como referência. Em termos metodológicos, efetua levantamento de autores de referência na produção acadêmico-científica (teses e dissertações) disponibilizada no Portal Capes, no período entre 1987-2016. Utiliza como critério principal de busca, trabalhos que referem um dos seguintes pares de descritores: avaliação e *accountability*; prestação de contas e *accountability*; responsabilização e *accountability*. O levantamento focaliza as subáreas da administração, ciência política e educação, tendo em conta a aderência do tema a esses campos de conhecimento. Chama atenção para a dispersão teórica na abordagem do tema e a escassez de trabalhos que problematizam a *accountability* do ponto de vista teórico. Realça a inexpressividade de autores brasileiros que discutem o tema a partir de suas bases conceituais, destacando a necessidade de ampliação, por um lado, e de aprofundamento, por outro, em investigações que tematizam o conceito de *accountability* na subárea educação.

Palavras-Chave: *Accountability*. Avaliação. Prestação de Contas. Responsabilização.

BASES TEÓRICO-CONCEITUAIS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE ACCOUNTABILITY NO BRASIL

Resumo: Tendo em conta o uso recente de ferramentas de *accountability* na política educacional, o presente estudo tem por objetivo efetuar mapeamento de bases teórico-conceituais em estudos que tomam o tema como referência. Em termos metodológicos, efetua levantamento de autores de referência na produção acadêmico-científica (teses e dissertações) disponibilizada no Portal Capes, no período entre 1987-2016. Utiliza como critério principal de busca, trabalhos que referem um dos seguintes pares de descritores: avaliação e *accountability*; prestação de contas e *accountability*; responsabilização e *accountability*. O levantamento focaliza as subáreas da administração, ciência política e educação, tendo em conta a aderência do tema a esses campos de conhecimento. Chama atenção para a dispersão teórica na abordagem do tema e a escassez de trabalhos que problematizam a *accountability* do ponto de vista teórico. Realça a inexpressividade de autores brasileiros que discutem o tema a partir de suas bases conceituais, destacando a necessidade de ampliação, por um lado, e de aprofundamento, por outro, em investigações que tematizam o conceito de *accountability* na subárea educação.

Palavras-Chave: *Accountability*. Avaliação. Prestação de Contas. Responsabilização.

Instituição Financiadora: CNPq e Capes

1. INTRODUÇÃO

O tema da *accountability* foi introduzido no Brasil em meados dos anos de 1990, no período subsequente ao do esgotamento do regime militar e em conciliação com reformas no aparato do Estado. Na educação, as primeiras iniciativas com finalidades de *accountability* surgiram no início dos anos 2000, filiadas às demandas por regulação e avaliação da qualidade (AFONSO, 2009; BARROSO, 2005; BONAMINO, FRANCO, 1999; CASTRO, 2007; FREITAS, 2007; GATTI, 2009; SOUZA, OLIVEIRA, 2003).

Considerando a inserção recente da *accountability* na educação brasileira, o presente estudo tem por objetivo efetuar mapeamento das bases teórico-conceituais em estudos que tomam esse tema como referência. A investigação toma como referência uma pesquisa^[1] em andamento na instituição na qual os autores do trabalho atuam. Em termos metodológicos, compreende levantamento de autores de referência em teses e dissertações disponibilizadas no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no período compreendido entre 1987-2016. O recorte temporal considerou o período cujas teses e dissertações passaram a ser disponibilizadas, no repositório, para consulta pública.

Utiliza como critério principal de busca trabalhos que referem um dos seguintes pares de descritores, no título, resumo ou palavras-chave: avaliação e *accountability*; prestação de contas e *accountability*; responsabilização e *accountability*. A escolha desses descritores deveu-se ao fato de que, de acordo com Afonso (2009a), a *accountability* aparece, às vezes, como sinônimo de prestação de contas, outras, como sinônimo de responsabilização e, outras, ainda, em articulação com a avaliação, a prestação de contas e a responsabilização. O levantamento focalizou as subáreas administração, ciência política e educação tendo em conta, principalmente, a aderência do tema a esses campos de conhecimento.

Objetivamente, a investigação consistiu em verificar, nos trabalhos localizados em cada uma das subáreas de conhecimento: (1) autores recorrentes, considerados aqueles mais citados no conjunto de trabalhos de cada subárea; (2) autores recorrentes no conjunto das três subáreas, considerados aqueles que, dentre os mais citados em cada subárea, foram os mais citados no conjunto de trabalhos das três subáreas e nos trabalhos alinhados a cada um dos pares de descritores; e (3) obras recorrentes, consideradas aquelas utilizadas no maior número de trabalhos em que os referidos autores foram mencionados. Para concluir, o estudo implicou, ainda, levantamento de temas de estudo dos autores de referência, bem como teorizações de *accountability* por eles defendidas, quando estas constituíam objeto desses

2. ACCOUNTABILITY: UM CONCEITO EM EXPANSÃO

O termo *accountability* foi incorporado ao Brasil no início dos anos de 1990 do século XX, quando o regime democrático começava a vigorar. Assim, seu ingresso na conjuntura das políticas públicas nacionais harmoniza-se com a descentralização do poder estatal favorecendo aproximação da sociedade civil nas ações governamentais. A locução *accountability*, de origem inglesa e sem tradução exata para a língua portuguesa, apesar de recorrente na literatura vinculada às ciências sociais e humanas, desde o início dos anos de 1980, tornou-se frequente no Brasil somente com a implantação de reformas no âmbito do aparato do Estado, em vista da retomada do crescimento econômico após o declínio do regime militar.

As reformas introduzidas a partir daquele período tiveram como orientação principal duas lógicas de ação governamental, aparentemente antagônicas entre si. A primeira, inscrita na necessidade de redemocratização do país, em virtude do fim de um regime cominado em mais de vinte longos anos de ditadura militar, definiu a (re)criação de instituições democráticas que, consoante Souza (2001), tinham por finalidade a ampliação da participação social nos processos decisórios sobre políticas públicas. A segunda, filiada ao interesse de construção de uma racionalidade neoliberal gerencial^[2], imprimiu medidas concorrenciais como alternativa à busca da eficiência e da eficácia na realização dos serviços públicos.

Foi pela combinação heteróclita entre essas duas lógicas que a expressão *accountability* espalhou-se no Brasil, não apenas na literatura da administração pública e da ciência política, mas também, umbilicalmente, nas políticas públicas para a educação. Esse movimento teve seu início como parte do discurso político-ideológico que anunciava a preocupação com a qualidade dos serviços públicos.

A associação entre a *accountability* e os procedimentos de avaliação dos serviços públicos com testes padronizados em larga escala e, com ampla divulgação dos resultados, principalmente na educação, acarretou um processo de responsabilização das escolas e dos professores. No entanto, Afonso (2009, 2009a, 2010, 2013) ressalta que não se pode restringir a *accountability* à noção de responsabilização. O autor sugere a inclusão do pilar da avaliação na constituição de um modelo mais abrangente de *accountability* que, na literatura sobre o tema, aparece, às vezes, como sinônimo de prestação de contas, outras, como sinônimo de responsabilização e, outras, ainda, em articulação com a avaliação, a prestação de contas e a responsabilização. Todos esses elementos integram um projeto nacional de educação ou servem de base para o desenvolvimento e a criação de políticas públicas.

3. PRODUÇÃO SOBRE ACCOUNTABILITY NO BRASIL

Em conta do processo metodológico adotado para este estudo, foram localizados cento e trinta trabalhos publicizados no repositório Capes, no período compreendido entre os anos de 1987 a 2016. Na Tabela 1 está indicado o número de trabalhos conditos a cada uma das subáreas de conhecimento eleitas como um dos critérios de busca, e aos pares de descritores utilizados como filtro para a coleta do material.

Tabela 1 - Produções científicas (teses e dissertações) sobre avaliação, prestação de contas e responsabilização (*accountability*) - 1987 a 2016.

Subárea de Conhecimento	Descritores			Total
	Avaliação e <i>Accountability</i>	Avaliação e Prestação de Contas	Avaliação e Responsabilização	
Administração	24	07	10	41
Ciência Política	05	04	01	10
Educação	15	11	53	79
Total	44	22	64	130

Fonte: Elaborado pelas autoras (CAPES, 2017).

Como observado, a subárea educação destaca-se no número de teses e dissertações produzidas no período. O total de trabalhos vinculados a essa subárea representa 60,8% da produção acadêmico-científica localizada. Ainda que esse conjunto não reverbere, em igual quantidade, na discussão sobre as bases teórico-conceituais da *accountability*, causa certo estranhamento a predominância de trabalhos nessa subárea. Isso porque acreditava-se que, em vista da entrada tardia do tema na política educacional, a produção acadêmico-científica seria mais abundante na administração ou na ciência política. Por outro lado, a associação da *accountability* com a temática da avaliação educacional pode ser uma hipótese que justificaria o interesse de pesquisadores brasileiros sobre esse tema.

Um segundo aspecto diz respeito ao total de trabalhos que focalizam o par de descritores *avaliação e responsabilização*, que representa 82,8% dos trabalhos vinculados à subárea educação. Essa associação supera, inclusive, a produção conjunta dos demais pares (*avaliação e accountability*, *avaliação e prestação de contas*) e também a produção das demais subáreas juntas. Nesse caso, a hipótese que se arma é de uma tendência a se traduzir *accountability* por responsabilização ou, mesmo, pela vinculação que se faz entre resultados obtidos por escolas e sistemas de ensino em procedimentos de avaliação em larga escala e mecanismos de responsabilização.

No que tange aos autores recorrentes, na subárea administração Luiz Carlos Bresser Pereira destaca-se por ser referido em 22 trabalhos (53,66%), seguido de Fernando Luiz Abrucio e Norberto Bobbio, ambos referidos em 11 trabalhos (26,83%). Na ciência política, Guillermo O'Donnell é citado em 07 trabalhos (70%) da subárea, seguido por outros 05 (cinco) autores, todos mencionados em 04 trabalhos (40%): Argelina Cheirub Figueiredo, Charles Pessanha, Jürgen Habermas, Manuel Castells e Mark Bovens. Por fim, na subárea educação, o autor mais citado foi Almerindo Janela Afonso, mencionado em 27 trabalhos (34,18%), seguido de Dalila Andrade Oliveira, mencionada em 22 trabalhos (27,8%) e Carlos Roberto Jamil Cury, mencionado em 21 trabalhos (26,58%) da subárea.

No que tange às especificidades dos autores recorrentes, na subárea administração, destacamos primeiramente o autor de maior recorrência nos trabalhos selecionados, Luiz Carlos Bresser Pereira. Professor titular da Fundação Getúlio Vargas e doutor com livre-docência em economia pela Universidade de São Paulo, Bresser-Pereira tem como focos de investigação temas associados à sociologia, ciência política e

administração pública. A obra mais referida do autor, nos trabalhos dessa subárea, foi *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*, publicada em 1998, pela Editora 34.

Nessa obra, Bresser-Pereira sistematiza a crise que provocou mudanças na maneira de governar o Estado, principalmente a fiscal, e a consequente perda do crédito público que fizeram do Estado, segundo o autor, um agente incapaz de gerir e financiar políticas públicas. Com base nessa crise, defende que a reforma do Estado brasileiro, assim como de outros países, esteve amparada no discurso da eficiência e da democracia tidas como bases para uma gestão forte e transparente.

A tematização da *accountability* aparece associada à reforma gerencial, considerada

[...] mais eficiente, porque torna viável a efetiva utilização dos meios mais adequados para se atingir os fins visados. Mais democrática, porque está orientada para o cidadão, e porque envolve o controle social por parte dos cidadãos organizados em conselhos formais e informais dos mais variados tipos (BRESSER-PEREIRA, 1998, p.112).

O segundo autor mais citado na administração, Fernando Luiz Abrucio, é professor e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas. Com doutorado em ciência política pela Universidade de São Paulo, tem como focos de investigação temas sobre a administração pública, políticas públicas e política comparada, com ênfase em questões relacionadas à educação, às relações intergovernamentais e ao federalismo, bem como sobre o Estado e a gestão pública. A obra mais referida do autor, nos trabalhos dessa subárea, foi *O impacto do modelo gerencial na Administração Pública*: um breve estudo sobre a experiência internacional recente, publicada em 1997, pela série Cadernos Enap.

Nessa obra, Abrucio assinala que a lógica de mercado, transposta para a gestão pública com o objetivo de produzir reformas gerenciais, não vigorou. Assim, surgiu o *Consumerism*, focado na satisfação do consumidor e, posteriormente, a *Public Service Orientation*, que transmite a ideia de transparência, participação política e equidade. Esse seria o modelo que, segundo o autor, teria orientado a implementação de políticas com finalidades de *accountability* na administração pública. Para Abrucio (1994), as formas contemporâneas de *accountability* estariam associadas às condições de construção dos processos permanentes de responsabilização política no uso do poder público, principalmente aqueles relacionados aos recursos financeiros.

Por fim, o terceiro autor de referência na administração foi Norberto Bobbio. Natural da Itália, o autor faleceu em 2004 tendo sido professor de ciência política, filosofia do direito e jornalista. Com doutorado em filosofia do direito, Bobbio dedicou sua vida aos estudos sobre pluralismo, socialismo, violência terceira via e crise das instituições. Foi referência no debate intelectual e político de seu tempo e continua a ser para aqueles que defendem a democracia. A obra mais referida nos trabalhos em que seu nome é referido foi *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*, publicada em 1986, pela coleção Pensamento Crítico.

Nessa obra, Bobbio (1986, p. 30) destaca que “[...] uma das razões da superioridade da democracia diante dos estados absolutos [...] funda-se sobre a convicção de que o governo democrático poderia finalmente dar vida à transparência do poder, ao ‘poder sem máscara’ [...]” (destaques no original). Ainda que suas obras não toquem diretamente a *accountability*, Bobbio discute importantes temas associados ao conceito.

Para o autor, a exigência de visibilidade dos atos dos governos permite aos cidadãos não só conhecer os atos de quem detém o poder e, assim, controlá-los, mas também porque a publicidade é, por si mesma, uma forma de controle (BOBBIO, 1986). Logo, mesmo que a corrupção seja um dos resultados mais visíveis da falta de transparência governamental, não seria possível afirmar, segundo defende, que o grau de percepção da corrupção de um governo seja uma medida eficaz da sua transparência. A eventual apatia em assuntos públicos é que, para Bobbio (1986), afeta o resultado da percepção da corrupção, independentemente do efetivo grau de transparência do governo.

Considerando esses apontamentos do autor (1986), pode-se dizer que, para Bobbio, são necessários outros mecanismos de controle da ação governamental para além da transparência. A hipótese que se constrói, a partir das percepções deste filósofo, é que uma política de *accountability* implicaria uso de vários mecanismos associados entre si. A transparência parece ser um deles. A ideia de imputação de consequências no parece ser outro mecanismo que, certamente, Bobbio julgaria apropriado nesse contexto.

Na subárea ciência política, Guillermo O'Donnell, falecido no ano de 2011, em Buenos Aires, é o autor de referência nos trabalhos selecionados. A obra mais citada do autor, nos trabalhos dessa subárea, foi *Accountability horizontal e novas poliarquias*, publicada em 1998, pela Editora Lua Nova. Com formação na ciência política, é o argentino de maior reconhecimento no exterior. Suas obras focalizam temas relacionados à transição de governos nos processos democráticos, às relações entre democratização, Estado e cidadania, e *accountability*. Nos últimos anos de sua vida, porém, passou a dedicar-se ao debate das poliarquias^[3].

Para este politólogo, a *accountability* deve ser analisada em duas direções, na verticalidade e na horizontalidade. Defende como definição de *accountability* horizontal

[...] a existência de agências estatais que têm o direito e o poder legal e que estão, de fato, dispostas e capacitadas para realizar ações que vão desde a supervisão de rotina a sanções legais ou até o impeachment contra ações ou emissões de outros agentes ou agências do Estado que possam ser qualificadas como delituosas. (O'DONNELL, 1998, p.40).

As ações delituosas que merecem punição compreenderiam, segundo o autor, três eixos: o primeiro, diz respeito àquelas que envolvem o cancelamento do exercício da democracia, como o impedimento à liberdade de organização ou as fraudes eleitorais; o segundo, contempla a esfera liberal, quando os indivíduos são privados dos direitos de inviolabilidade de domicílio, cerceados no direito de julgamento justo e sujeitos à prática da violência doméstica ou tortura; por último, estão as ações das autoridades que desconsideram as prioridades do interesse público em favor do interesse privado (O'DONNELL, 1998). As democracias modernas, portanto, cujas características estão pautadas na ampliação dos espaços de participação social, exigem pensar diferentes mecanismos de prestação de contas e responsabilização as quais, segundo conclui-se das ideias difundidas por este politólogo, não se encerram com a realização de eleições para escolha dos representantes

políticos.

Dos demais autores de referência, citados em quatro trabalhos filiados à ciência política, o único cujo tema focaliza *accountability* é o holandês Mark Bovens. Com doutorado em ciência política, atualmente Bovens é professor de filosofia jurídica e de administração pública na Universidade de Utrecht. A obra mais citada nos trabalhos dessa subárea foi escrita em coautoria com Thomas Schillemans e Paul Hart, com o título *Does Public Accountability Work?*, publicada em 2008, pela editora *Public Administration*.

Nessa obra, Bovens defende a responsabilidade pública como marca da moderna governança democrática. Para o autor, a democracia continua sendo uma ferramenta adequada para responsabilizar publicamente os governantes eleitos por seus atos e omissões, suas decisões, suas políticas e seus gastos (BOVENS, 2008). Considera, a partir dessa afirmação, que a *accountability* pública, como instituição, deve ser complemento da gestão pública.

Por fim, na subárea educação, Almerindo Janela Afonso figura, de forma destacada, como o autor de referência dos trabalhos selecionados. Licenciado em ciência política e doutorado em educação, Afonso atua como professor no Instituto de Educação da Universidade do Minho, em Portugal. Desde a década de 1980 desenvolve pesquisas sobre políticas educativas e avaliação educacional, sociologia da educação, políticas de *accountability*, reformas da educação pública, papel do Estado, neoliberalismo, democratização e modernização. A obra do autor mais referida, nos trabalhos dessa subárea, foi *Avaliação educacional: regulação e emancipação* publicada em 2000, pela Editora Cortez.

Nessa obra, o autor problematiza o conceito de Estado avaliador e de Estado-Providência, este último garantidor, segundo destaca, da existência pacífica entre o capitalismo e democracia. Para Afonso (2000, p. 28), “[...] nas organizações, a avaliação é quase sempre um instrumento fundamental em termos de gestão”. Particularmente importante na estruturação das relações de trabalho, “[...] é também um instrumento importante de controle e de legitimação organizacional” (Ibid.). Logo, pode ser utilizada tanto para referir-se aos processos pedagógicos como servir de instrumento de direção e controle no ambiente educacional.

No tocante ao papel do Estado, destaca que, na fase atual do capitalismo, o Estado tem por incumbência efetuar políticas sociais e regulamentar os setores econômicos, tendo em vista de garantir a geração de riqueza em sincronia com a redução das desigualdades sociais (AFONSO, 2000). Esse novo papel do Estado repercutiu nas políticas educacionais e na *accountability*. Por isso, para este sociólogo, a *accountability* engloba três variáveis articuláveis entre si: avaliação, prestação de contas e responsabilização.

Além de Afonso, outros dois autores brasileiros destacaram-se como referência nos trabalhos filiados à subárea educação. São eles, Dalila Andrade de Oliveira e Carlos Roberto Jamil Cury, ambos com formação em educação. Os temas de interesse de Oliveira estão situados na administração escolar, na política educacional e na gestão da educação, não produzindo uma teorização sobre a *accountability*. O mesmo ocorre em relação às obras de Cury, posto que seus temas de estudo focalizam a política educacional, a legislação educacional e a educação de jovens e adultos sem recair em uma discussão das bases conceituais da *accountability*, ainda que não a ignore. As obras desses dois autores, referidas nos trabalhos sobre o tema, são utilizadas majoritariamente para problematizar aspectos da política educacional brasileira e que, inevitavelmente, tocam a questão da *accountability*.

No que diz respeito aos autores recorrentes no conjunto das três subáreas, apenas dois atenderam os critérios adotados para esse levantamento, qual seja, terem sido citados em trabalhos das três subáreas e focalizado os três pares de descritores utilizados no levantamento. São eles: Guillermo O'Donnell e Norberto Bobbio, cuja recorrência em cada subárea está demonstrada na Tabela 2.

Tabela 2 - Produções científicas sobre avaliação, prestação de contas e responsabilização (*accountability*) dos autores recorrentes nas três subáreas de conhecimento.

Autores	Subárea de Conhecimento			Descritores
	Administração	Ciência Política	Educação	
Guillermo O'Donnell	03	02	00	Avaliação e <i>Accountability</i>
	03	03	02	Avaliação e Prestação de Contas
	03	02	00	Avaliação e Responsabilização
Total	09	07	02	
Norberto Bobbio	04	00	02	Avaliação e <i>Accountability</i>
	03	02	02	Avaliação e Prestação de Contas
	04	00	02	Avaliação e Responsabilização
Total	11	02	06	

Fonte: Elaborado pelas autoras (CAPES, 2017).

Quantitativamente, o autor Norberto Bobbio destaca-se no conjunto de trabalhos das três subáreas e nos pares de descritores, sendo citado em 19 (dezenove) de um total de 130 (cento e trinta) trabalhos. O'Donnell aparece em 18 (dezoito) trabalhos sendo, na educação, em trabalhos que focalizam os descritores avaliação e prestação de contas.

Do ponto de vista das bases teórico-conceituais, uma hipótese que poderia ser levantada sobre os trabalhos que focalizam *accountability* na sua relação com avaliação, prestação de contas e responsabilização, é que seus autores o fazem tendo em vista a associação entre *accountability* e democracia. Desse ponto de vista, poder-se-ia admitir que a produção acadêmico-científica sobre o tema caracteriza-se pelo uso coerente de autores de referência e pelo debate teórico sobre esse tema. No entanto, não foi o que se observou quando analisado o foco central de estudo dos autores desses trabalhos.

No quadro geral das produções, 40% dos trabalhos trataram das avaliações em larga escala cujos indicadores revelam, segundo seus autores, o desempenho escolar com potencial de mobilizar mecanismos de regulação e monitoramento das ações empreendidas, seja para garantir direitos ou para acionar mecanismos de responsabilização na perspectiva de obrigação por resultados. Um percentual de 12% focalizou alguma forma de responsabilização: parental, de órgãos públicos ou de agentes públicos. Em 4% dos trabalhos o foco recaiu sobre o tema da performatividade do professor e suas implicações em uma rotina orientada por metas e resultados e apenas 5% dos trabalhos

focalizaram o debate teórico da *accountability*, ainda assim, na associação entre avaliação e prestação de contas. Um percentual expressivo de trabalhos (39%) caracterizou-se pela diversidade de temas, tematizando apenas de forma periférica o debate da *accountability*.

Desse quadro é possível depreender que há uma variedade de temas a partir dos quais a *accountability* é tratada como meio ou consequência, mas um número considerado ainda pouco expressivo de estudos o faz a partir do debate teórico e de sua associação com mecanismos vinculados a um conceito mais amplo de democracia, passível de ser absorvida pelo campo da educação. Os autores de referência, nesses estudos, são majoritariamente os que o fazem a partir do debate da administração pública e da ciência política. Daí, talvez, as razões de esse debate priorizar a relação entre avaliação e responsabilização, enquanto possibilidade de associação temática, e a avaliação e prestação de contas, na delimitação de autores de referência. Disso decorre uma teorização pouco consistente acerca da sua utilização nos trabalhos sobre o tema, especialmente se considerarmos a subárea da educação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento de autores de referência na produção acadêmico-científica (teses e dissertações) disponibilizada no Portal Capes, evidenciou que a discussão sobre a *accountability*, no Brasil, caracteriza-se pela dispersão temática e inconsistência teórica do ponto de vista da vinculação entre *accountability* e suas peças constitutivas, quais sejam, a avaliação, a prestação de contas e a responsabilização.

Outro aspecto que merece atenção é a escassez de autores que tematizam o tema a partir de suas bases teórico-conceituais. Por ser um conceito em expansão, acreditamos em um redesenho nesse quadro considerando, especialmente, o interesse recente de discussão na educação, a qual vem se destacando na produção acadêmico-científica sobre o tema. Entretanto, como evidenciado, ainda persiste uma visão unidimensional na abordagem do tema porquanto os trabalhos dessa subárea focalizam, majoritariamente, a *accountability* em associação com a avaliação e responsabilização, desconsiderando seu caráter multidimensional e interdisciplinar.

Dada sua entrada recente em outros campos de conhecimento, que não necessariamente os clássicos, tais como a ciência política e a administração, estudos sobre a *accountability* revelam um campo aberto e promissor de investigação e análise, inclusive a partir de novas e diferentes abordagens ainda pouco exploradas.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. O impacto no modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Brasília, DF: **Enap**, 1997.

_____. LOUREIRO, Maria Rita. Finanças públicas, democracia e *accountability*. In: BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo Roberto. (org.). **Economia do setor público no Brasil**, Rio de Janeiro, Elsevier, 2005. p. 75-102.

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável: crítica à *accountability* baseada em testes padronizados e *rankings* escolares. **Revista Lusófona de Educação**, p. 13-29, n.13, 2009a.

_____. Um olhar sociológico em torno da *accountability* em educação. In: ESTEBAN, Maria Teresa; AFONSO, Almerindo Janela (Org.). **Olhares e interfaces**: reflexões críticas sobre a avaliação. São Paulo: Cortez, 2010. p. 147-170.

_____. Mudanças no Estado-avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernização revisitada. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Educação**, v.18, n.53, p. 267-284, abr./jun., 2013.

BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 92, p.725-751, out., 2005.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

BONAMINO, Alícia; FRANCO, Creso. Avaliação e Política Educacional: o processo de

Institucionalização do SAEB. **Cadernos de Pesquisas**, n. 108, p.101-132, nov., 1999.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova**, n. 45, p. 49-95, 1998.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Gerencialismo e Educação: estratégias de controle e regulação da gestão escolar. In: CABRAL NETO, A. (Org.). **Pontos e contrapontos da política educacional**: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade liberal. 1ª ed. São Paulo: Bointempo, 2016.

FREITAS, Luiz Carlos. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, edição especial, P.965-987, out., 2007.

GATTI, Bernardete. Avaliação de sistemas educacionais no Brasil. **Sísifo - Revista de Ciências da Educação**, n. 9, P.07-18, mai./ago., 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

O'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, CEDEC, n. 44, p. 27-103, 1998.

PRADO, Otavio. Governo eletrônico e transparência: a publicização das contas públicas das capitais brasileira. 2004. 182 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo). Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2004.

SOUZA, Celina. Federalismo e descentralização na Constituição de 1988: Processo decisório, conflitos e alianças. **Dados**, v. 44, n. 3, p.513-560, 2001.

SOUZA, Sandra Zákia Lian de; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Políticas de avaliação da Educação e quase mercado no Brasil. **Educação**

NOTAS

[1] Referimo-nos a uma pesquisa que conta com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional Científico e Tecnológico (CNPq), cujo desenvolvimento está sob responsabilidade de pesquisadores de uma instituição brasileira em parceria com instituição estrangeira. Tendo em vista a preservação do anonimato dos autores deste trabalho, não serão disponibilizadas informações detalhadas sobre a referida pesquisa.

[2] Dardot e Laval (2016, p.17) defendem que o neoliberalismo é, precisamente, uma racionalidade “[...] e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados.” Desse ponto de vista, ele extrapola a esfera mercantil e o campo da acumulação do capital situando-se como uma doutrina que age sobre as condutas e as subjetividades individuais e coletivas. Enquanto racionalidade cujas características principais têm como fundamento as práticas concorrenciais, o neoliberalismo constitui, segundo os autores, a “razão do capitalismo contemporâneo”.

[3] Tomando o termo emprestado de Dahl (1997), para O'Donnel (1998, p.27) as poliarquias constituem regimes que implantaram recentemente democracias políticas. Constituem, pois, regimes popularizados que oportunizam mais espaços de participação e contestação social.